

CAPÍTULO 4

POTENCIALIDADES DO DESIGN PARA COMUNICAÇÃO NA REPRESENTAÇÃO DIGITAL DOS LUGARES DE MEMÓRIA SOCIAL DO CENTRO HISTÓRICO DE SABARÁ

Márcia Câmara Bandeira de Figueiredo
Rosângela Miriam Lemos Oliveira Mendonça

4.1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade aos espaços públicos da cidade não se resume à questão do acesso e da mobilidade física. Existem dimensões imateriais do espaço urbano como memória, representação e simbolismo, cujos acesso e conhecimento são tão importantes quanto a possibilidade de circular livremente e de modo seguro pelas calçadas e ruas. No tocante aos ambientes urbanos tombados, promover acessibilidade aos aspectos memoriais associados aos bens e tecidos protegidos é de extrema importância para sua preservação, para o conhecimento e a atualização dos valores patrimoniais ali representados.

Nesses espaços, o que comumente se observa é a presença de narrativas históricas de órgãos oficiais, quando essas informações são acessíveis, juntos aos bens tombados, por meio de placas ou informes. Entretanto, existem ainda outras narrativas de memória associadas às vivências de indivíduos e grupos sociais que atribuem aos mesmos bens outros sentidos e valores. Geralmente, essas memórias sociais (individuais e coletivas) não são facilmente acessíveis, pois são mais fragmentadas e dinâmicas, construídas e reconstruídas nas vivências e experiências espaciais. Todavia, são importantes para a compreensão da representatividade do patrimônio cultural da cidade.

Dentro dessas questões, o presente trabalho ecoa como um desdobramento da pesquisa intitulada *Design e acessibilidade no centro histórico de Sabará*,⁸ que examina as contribuições do design como elemento de comunicação na promoção de acessibilidade aos aspectos memoriais dos espaços da cidade. Especificamente, busca-se avaliar o potencial que os mapas colaborativos digitais (a partir do aplicativo My Maps da Google)⁹ têm de registrar, compartilhar e comunicar elementos de memórias sociais sobre espaços urbanos tombados, tendo como objeto empírico o recorte abrangendo o Largo do Rosário, a rua Dom Pedro II e a praça Santa Rita, localizados no centro histórico de Sabará, em Minas Gerais.

Entende-se que tal investigação justifica-se pela possibilidade de ampliar e potencializar oportunidades de comunicação de memórias sociais sobre o centro histórico de Sabará sem depender de encontro e contato físico para isso, o que é extremamente pertinente, especialmente no atual contexto de pandemia ocasionado pela covid-19. Além disso, o estudo se justifica também por apontar caminhos para construção de outros espaços de participação, no caso, virtuais, cujos conhecimentos produzidos poderão ser inseridos em metodologias de políticas públicas e de projetos de geração de renda integrados às vocações locais.

4.2 METODOLOGIA

O desenvolvimento do presente artigo abrangeu estudo bibliográfico dos conceitos considerados chave, como acessibilidade, memória social e sua relação com o espaço urbano.

Envolveu, ainda, a compreensão das características espaciais do objeto de estudo. Para tanto, utilizou-se de informações coletadas no trabalho de campo realizado em 2018 no contexto da pesquisa *Design e acessibilidade no centro histórico de Sabará*. Na ocasião, foi realizado o mapeamento dos pontos de interesse, como edifícios institu-

8 Pesquisa orientada pela professora Márcia Câmara Bandeira de Figueiredo e coorientada pela professora Rosângela Míriam Lemos Oliveira Mendonça entre os anos de 2018 e 2019 na Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais. A pesquisa foi desenvolvida pelas alunas voluntárias Barbara Marques e Vitória Karolina Mendes, e seus resultados foram publicados nos Anais da décima edição do evento GAMPI+PLURAL Design de 2019.

9 Conforme será detalhado adiante, o Google My Maps é um aplicativo destinado a customizar e compartilhar mapas personalizados na web. O aplicativo encontra-se disponível em: <https://www.google.com/intl/pt-BR/maps/about/mymaps/>. Acesso em: 30 jun. 2020.

cionais e bens e espaços protegidos, assim como a existência e o tipo de informações sobre a memória associada aos elementos protegidos.

Por fim, o presente artigo abarcou o estudo do conceito de design como elemento de comunicação e, dentro disso, a produção de mapas colaborativos em meios digitais, enfocando os recursos do serviço do Google My Maps.

4.3 DISCUSSÃO CONCEITUAL

4.3.1 ACESSIBILIDADE COMO UM DIREITO À CIDADE E À MEMÓRIA URBANA

O debate sobre as condições de acessibilidade dos espaços públicos nas cidades brasileiras vincula-se, entre outros aspectos, à questão do direito à cidade. O direito à cidade pode ser entendido, entre outros aspectos, como o direito que todo brasileiro tem de usufruir da estrutura dos espaços públicos da cidade com igualdade de condições, bem como dos aspectos imateriais associados a eles.

Nessa perspectiva, a ideia de acessibilidade se coloca em um sentido ampliado, expresso pelas pesquisadoras Cristiane Duarte e Regina Cohen a partir do conceito de acessibilidade plena:

O conceito de Acessibilidade Plena parte do princípio de que apenas uma boa acessibilidade física não é o suficiente para que o espaço possa ser compreendido e DE FATO usufruído por todos. A Acessibilidade Plena significa considerar mais do que apenas a acessibilidade em sua vertente física e prima pela adoção de aspectos emocionais, afetivos e intelectuais indispensáveis para gerar a capacidade do Lugar de acolher seus visitantes e criar aptidão no local para desenvolver empatia e afeto em seus usuários. (DUARTE et al., 2013, p. 21)

O conceito de acessibilidade plena alcançará, portanto, aspectos de ordem material e imaterial. Em áreas tombadas, ele permite pensar atribuições do espaço urbano que favoreçam o registro, o compartilhamento e a comunicação dos seus aspectos memoriais em todas as suas dimensões. Estas incluirão tanto a perspectiva oficial, entendida aqui como a memória histórica enquadrada e instituída pelos órgãos do patrimônio cultural, como a perspectiva de uma memória social (individual e coletiva).

A ideia de memória social aqui trabalhada se apoia na teoria crítica desenvolvida pelo sociólogo Maurice Halbwachs, na qual a memória é apreendida não mais como um fenômeno puramente individual, mas como um fenômeno essencialmente social (HALBWACHS, 1990). Figueiredo (2013) reflete que, sem negar a dimensão individual da memória, a teoria crítica do autor associa a capacidade do sujeito de se lembrar à

ideia de pertencimento e de participação social, uma vez que o sujeito se recorda sempre como membro de grupos sociais.

No limite, conclui-se que não existem memórias puramente individuais, mas, sim, memórias individuais sociais, que ocorreram de forma sistêmica, relacionando diferentes sujeitos, grupos e referenciais socioculturais. Halbwachs (1990) estabelece ainda a ideia de uma memória social coletiva. Esta seria resultado não só da soma de memórias individuais, mas também de um quadro de lembranças socialmente construídas e compartilhadas por pessoas de um grupo. Trata-se de um “lembrar juntos” de indivíduos pertencentes ao mesmo grupo, que remete às ideias de tradição, continuidade e convívio social e temporal.

Além de evidenciar o nexo social da memória e suas dimensões individuais e coletivas, o autor ressalta, ainda, a sua inseparabilidade do espaço. Para Halbwachs (1990), é na concretude do espaço que as memórias encontrarão os meios de se materializar, de permanecer e os elementos para ativar o seu constante trabalho de reconstrução.

A memória e o espaço estabelecem, assim, uma relação mútua: não há memória que não se desenvolva sem um contexto espacial; e não há espaço urbano que não tenha em sua configuração física pontos de ancoragem das memórias dos sujeitos e dos grupos que os vivenciam. Relações mútuas que acontecem em espaços específicos, definidos pelo grupo, em função das marcas e dos significados construídos nesse processo como lugar (MOREIRA, 2009, p. 31).

Nesse sentido, o entendimento de acessibilidade como direito à cidade desenvolvida no estudo dá ênfase à importância do acesso à memória relacionada aos espaços tombados da cidade, ressaltando suas dimensões oficiais e sociais (individual e coletiva). Além disso, entende-se que a complexidade de promover esse tipo de acessibilidade reside, exatamente, na dimensão social, pois esta se refere a representações dinâmicas e fragmentadas do espaço, construídas nas vivências de indivíduos e grupos e por elas.

4.4 CONDIÇÕES DE ACESSO À MEMÓRIA URBANA NO CENTRO HISTÓRICO DE SABARÁ

O objeto empírico de estudo é parte do centro histórico do município de Sabará, localizado na região metropolitana de Belo Horizonte (MG). A área abrange um contíguo arquitetônico e urbanístico formado pela Largo do Rosário, pelo conjunto da rua Dom Pedro II e pela praça Santa Rita. Entre os elementos culturais, a área abriga uma série de bens e espaços tombados (Figura 4.1). No âmbito federal, os bens e espaços tombados pelo IPHAN¹⁰ são: a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e o Chafariz do Rosário, localizados no Largo do Rosário; a rua Dom Pedro II (antiga rua Direita) e, nela, a Casa Azul, o edifício-sede da Prefeitura Municipal de Sabará (Solar Jacinto Dias ou Padre Correia) e o Solar Joaquim Sepúlveda. No âmbito municipal, são tombadas a praça Melo Viana e a praça Santa Rita. E nos dois âmbitos, o Teatro Municipal (Casa da Ópera).

10 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Figura 4.1 Edifícios institucionais e bens tombados.



Fonte: Figueiredo *et al.* (2019).

Com relação ao acesso à memória oficial associada aos bens e espaços tombados, identificou-se e mapeou-se no trabalho de campo realizado em setembro de 2018 a presença de placas (Figura 4.2) localizadas junto aos elementos protegidos contendo informações históricas.

Figura 4.2 Mapeamento das placas de sinalização junto aos bens tombados.



Fonte: Figueiredo *et al.* (2019).

O exemplo da Figura 4.3 se refere à placa informativa da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que se encontra defronte ao adro. Ela apresenta um conjunto de dados históricos descritivos da materialidade do bem: relata o processo de construção da edificação; características estéticas da igreja devido aos diferentes sistemas construtivos adotados; e cita informações sobre o acervo da capela localizada no interior da construção de pedra.

Figura 4.3 Detalhe de uma das placas de sinalização contendo informações histórico-oficiais dos bens tombados.



Fonte: Figueiredo *et al.* (2019).

Todos os bens e espaços tombados mapeados na área apresentam o mesmo tipo de sinalização, geralmente limitada a informações sobre a data de criação e a descrição física do bem. Todavia, em nenhum deles foi possível identificar narrativas que evidenciem sua percepção social e seus vínculos memoriais com os indivíduos e grupos locais. É exatamente sobre essa lacuna que se pretende investigar as contribuições do design para comunicação que viabilizem meios de registrar, compartilhar e comunicar elementos de memórias sociais espaciais por meio dos chamados mapas colaborativos.

4.5 CONTRIBUIÇÕES DO DESIGN PARA COMUNICAÇÃO

4.5.1 DESIGN PARA COMUNICAÇÃO

O design lida com a criação humana diante de necessidades e desejos da sociedade. Assim, um “produto de design” não se constitui apenas por bens materiais de consumo, mas também serviços e produtos imateriais, produzidos de forma industrial ou não. Ele está diretamente conectado a fatores de constituição da sociedade humana, como a cultura, a política, a economia, os avanços tecnológico-científicos etc. (MALDONADO, 2009). Portanto, as diretrizes para projeção e/ ou execução levam em conta fatores que estão sujeitos a mudanças tanto em razão dos contextos específicos locais quanto temporais de cada sociedade, acompanhando também uma linha de pensamento definida por um ou mais indivíduos criadores.

Produtos, ambientes e serviços dos mais diversos tamanhos e complexidades são âmbitos de atuação dos designers que procuram entender a essência das necessidades das pessoas e utilizam sua criatividade e seu conhecimento técnico, muitas vezes atuando em colaboração com profissionais de outras especialidades a fim de contribuir para sua maior qualidade de vida. A comunicação é outra área de atuação do designer, nosso foco neste trabalho.

O design de comunicação, com acesso pleno à tecnologia avançada, tanto da informática como da impressão gráfica, abrange produtos e serviços extremamente variados, tais como cartaz, embalagem, livro, programa de identidade visual, sistema de sinalização, computação gráfica, animação, games, web design, comunicação interativa que envolve som e imagem, e muitos outros. (HSUAN-AN, 2017, p. 27)

Aqui, o design é tratado como um elemento responsável por fomentar a comunicação, estimulando o compartilhamento de conteúdos individuais e coletivos para construção de uma memória socioespacial. Nesse sentido, o trabalho do designer envolve o conhecimento de aspectos humanos/culturais e técnicos, em um processo cíclico de investigação, síntese e análise, definição, desenvolvimento, implantação/execução/produção. Esse processo gera novos contextos materiais e imateriais, interferindo e configurando o mundo em que vivemos.

Especialmente em relação ao design para informação que abrange categorias que vão da publicação de livros, jornais e revistas, passando pela produção de mapas, à interface de computadores e painéis de controle em *cockpits* de aeronaves, o processo consiste nos passos da organização da informação e planejamento de sua apresentação visual. “Estas tarefas requerem a habilidade de processar, organizar e apresentar a informação em forma verbal e não verbal” (FRASCARA, 2004, p. 130, tradução nossa). Isso significa atuar além dos recursos ergonômicos de interface e experiência do

usuário, buscando recursos para estimular a formação e a manutenção de uma rede colaborativa para desenvolvimento conjunto de memórias espaciais como construção social a partir do compartilhamento de relatos, imagens e outros elementos de memórias individuais e coletivas.

4.5.2. MAPAS COLABORATIVOS: COLABORAÇÃO, COMPARTILHAMENTO E AS RELAÇÕES COM O ESPAÇO

Novas dinâmicas para atividades produtivas têm se desenvolvido com base em compartilhamento, cooperação e colaboração. A economia do compartilhamento, por exemplo, possibilita a criação de atividades produtivas e sustentáveis, pelo compartilhamento de recursos dos mais diversos tipos, como os ambientes de trabalho (nos espaços de *coworking*), recursos de produção (nos laboratórios de fabricação ou FabLabs, explorados pela cultura *maker*). Sua motivação tem variados graus de interesse econômicos e sociais, isto é, vai desde atuar para gerar riqueza pela disponibilização de recurso para ser usado por um número grande de pessoas até atuar com espírito inclusivo e humanitário para permitir o acesso a recursos a algumas pessoas que de outra forma não conseguiriam usufruir dele (MENDONÇA, 2014; 2017). A economia digital impulsionou esses tipos de iniciativas com recursos de produção, distribuição e comunicação em geral, favorecendo a formação de redes de relacionamento.

Os mapas colaborativos fazem parte desse contexto. A tecnologia da informação e comunicação (TIC) revolucionou o modo como as pessoas se relacionam entre si e com o espaço, trazendo novas possibilidades de interação e socialização (NASCIMENTO, 2015, p. 12). Plataformas disponibilizam mapas e imagens de satélite da Terra, que podem ser utilizados como base de registro de informações cada vez mais personalizadas. Essas plataformas, inicialmente utilizadas como aplicativos para indicar percursos, têm se desenvolvido para usos coletivos colaborativos, como o registro de locais de atenção, registro de impressões dos usuários, pontos de incidentes, regiões de incidência de violência (NASCIMENTO, 2015), bem como geolocalização de fotos. Tavares (2016, p. 51) menciona outros usos dos mapas colaborativos, como na expressão da identidade acústica de uma comunidade, como no projeto Mapa Urban Remix, e o mapeamento da arborização viária realizado pelo projeto Árvores de Campinas e sua experiência em mapear o *Campus* do Pici (Universidade Federal do Ceará). O objetivo desse projeto é “representar o espaço, visando à expansão do conhecimento sobre áreas e lugares de utilização do campus, para o desenvolvimento sustentável, tornando acessível a utilização dos mapas digitais pelos usuários da universidade”. De acordo com o autor, nessas experiências os mapas construídos com base na ideia de colaboração estão centrados na ideia de valor de uso, isto é:

na possibilidade de microapropriações, nas quais a utilização do mapa como mediação entre os indivíduos e o território é a questão substancial. Aqui o valor está no uso e na apropriação de um dispositivo que se coloca como um elo

entre o indivíduo e a materialidade do território e não apenas na exploração econômica do mesmo, como se faz comumente no mapa clássico. (RIBEIRO; LIMA, 2012, p. 13)

Nesse sentido, existem algumas plataformas de mapas colaborativos, como a OpenStreetMap (openstreetmap.org), que é um mapa do mundo *open source*. Ele foi utilizado em projetos como o de Tavares (2016) no mapeamento do *Campus* do Pici. A plataforma mais divulgada e, portanto, mais conhecida para visualização de mapas, identificação de pontos de interesse e de rotas é o Google Maps. Graças à disponibilidade de APIs abertas, programadores podem criar aplicativos com usos específicos. A Google também disponibiliza o serviço do aplicativo My Maps, que permite criar e personalizar mapas, possibilitando agregar informações associadas a posições geográficas com uma interface acessível ao leigo em programação.

Nesse momento de pandemia, por exemplo, foi criada uma plataforma das práticas colaborativas de combate à covid-19 e das redes de solidariedade para produção coletiva de conhecimento.

Esta plataforma busca reunir as diversas práticas colaborativas que estão sendo realizadas em todas as regiões do Brasil para amenizar danos gerados pela pandemia de Covid-19. Disponibilizamos este espaço com o intuito de ajudarmos na promoção das ações e na captação de recursos, apoios e parcerias, bem como da criação de um registro histórico colaborativo de mobilizações da sociedade civil e das universidades frente à pandemia. A plataforma também permite que as pessoas encontrem os movimentos e os coletivos. (REDE ORGANIZADORA – UFABC, 2020)

Assim, a cartografia diversifica sua função – da representação territorial com precisão topográfica para detalhamentos físico e geográfico para se constituir em “um código ou um espelho das formas de como uma sociedade se relaciona com o espaço geográfico”, tornando-se uma “mídia, no sentido amplo de meio ou via de representação de uma informação” (RIBEIRO; LIMA, 2012, p. 41).

Desse modo, as plataformas de mapas colaborativos se mostram promissoras como recurso de construção coletiva de acessibilidade às memórias sociais associadas aos contextos ambientais, como as associadas ao do centro histórico de Sabará, especialmente se contar com a intermediação do designer na estruturação dos serviços dos mapas colaborativos, envolvendo especialistas como arquitetos, urbanistas e historiadores, bem como os cidadãos com suas vivências e histórias.

4.5.3 TESTE E AVALIAÇÃO DO USO DO MY MAPS DA GOOGLE

O Google My Maps é um aplicativo destinado a customizar e compartilhar mapas personalizados na web. O programa reúne um conjunto de recursos para preparação do ambiente cartográfico virtual, como: definição da temática do estilo do mapa-base, classificações de agrupamentos de informações geográficas e criação de elementos gráficos (marcadores, linhas, formas, trajetos ou rotas). Possui, ainda, duas interfaces: uma editável e outra para visualização do mapa criado. Na interface editável, depois do mapa-base preparado, o aplicativo permite o seu compartilhamento no nível de restrição requerido (pessoas específicas ou público), para que cada participante possa inserir tipos diversificados de dados e informações, incluindo textos, links, imagens e vídeos.

Em 29 de junho de 2020, para fins de teste de conceito, criou-se um mapa-base intitulado “Centro histórico de Sabará e suas memórias sociais”, com o objetivo de avaliar o valor de uso do aplicativo no sentido dado por Ribeiro e Lima (2012), ou seja, seu potencial de elo entre o indivíduo e a materialidade do espaço. Nesse sentido, buscou-se investigar como os recursos oferecidos pelo aplicativo poderiam propiciar meios de registrar, compartilhar e comunicar tanto memórias oficiais como memórias sociais vinculadas aos bens tombados inseridos na área de estudo.

Para tanto, o teste foi dividido em duas etapas: a primeira referente à preparação do ambiente de compartilhamento com a criação do mapa-base contendo a localização de um dos bens tombados situados na área de estudo, selecionado para a testagem. Além da localização, foram inseridas informações de memória oficial atribuídas a ele pelo órgão responsável por seu tombamento. Já a segunda etapa consistiu no teste dos recursos de interação com o mapa-base pré-confeccionado, investigando as possibilidades de acrescentar informações de memórias sociais sobre o mesmo bem tombado.

4.5.3.1 Primeira etapa: criação do ambiente de compartilhamento

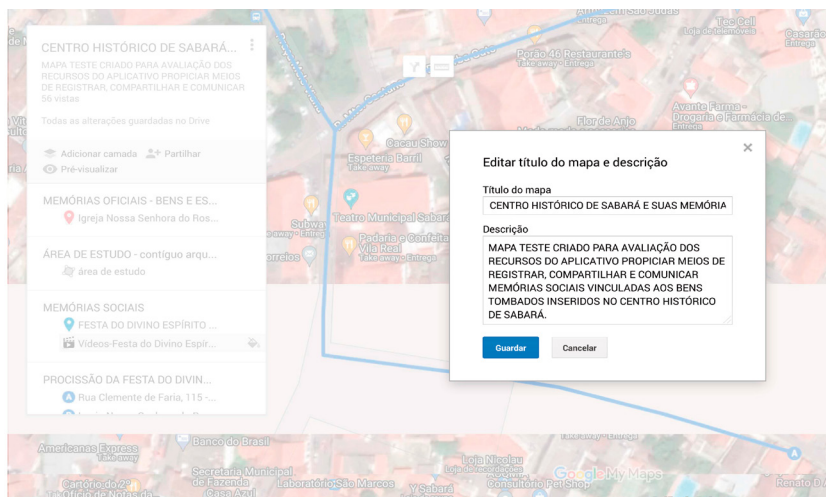
Na primeira etapa, após nomear e definir o estilo de imagem do mapa-base (Figura 4.4), foi criada a primeira camada de informação, denominada “Área de estudo – contíguo arquitetônico e urbanístico formado pela Largo do Rosário, pelo conjunto da rua Dom Pedro II e pela praça Santa Rita”.

Dentro da camada criada, verificou-se que o aplicativo oferece dois recursos principais para mapear e identificar elementos espaciais. São as ferramentas “adicionar marcador” e “desenhar linha”. Para fins de teste, utilizou-se a opção “desenhar linha” e, dentro dela, “adicionar forma” para criar o polígono referente aos limites espaciais da área de estudo, inserida no centro histórico de Sabará.

Em seguida, criou-se a segunda camada de informação, denominada “Memórias oficiais: bens e espaços tombados pelo IPHAN e Iepha-MG”. Nessa camada, utilizou-se a ferramenta “marcador” para localizar a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, bem tombado pelo IPHAN e selecionado para a testagem.

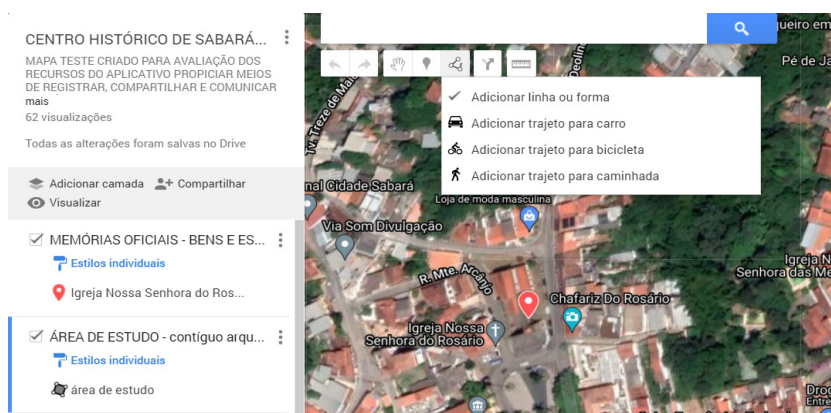
Verificou-se que o aplicativo permite que se customize tanto a cor como a imagem do ícone de marcação. Além disso, clicando no marcador criado, o aplicativo ainda oferece recursos adicionais, que permitem vincular ao elemento mapeado informações textuais, hiperlinks, imagens ou vídeos (Figuras 4.5 e 4.6). Utilizando esses recursos, foram inseridas as informações de memória oficial contidas na placa de sinalização identificada no trabalho de campo junto ao bem em questão, além de uma imagem da igreja contida no site oficial do órgão responsável pelo seu acautelamento, por meio da inserção de sua URL.

Figura 4.4 Criação do ambiente de compartilhamento no My Maps da Google.



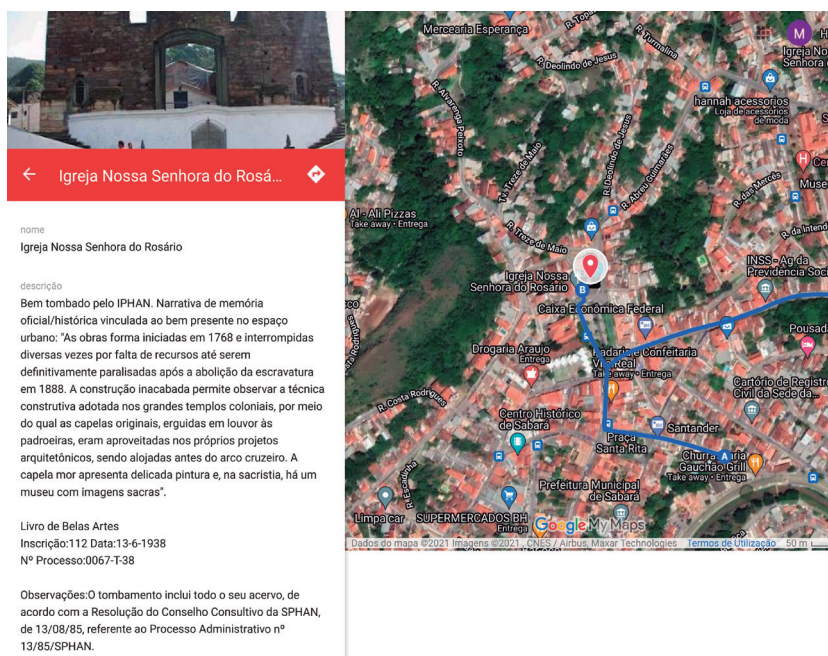
Fonte: My Maps, Google.

Figura 4.5 Recurso de mapeamento de áreas e bens de interesse por meio do desenho de linhas e formas. Interface de edição.



Fonte: My Maps, Google.

Figura 4.6 Recursos de inserção de marcador, texto, imagem e link vinculado ao bem selecionado. Interface de visualização.



Fonte: My Maps, Google.

4.5.3.2 Segunda etapa: interação com o mapa-base

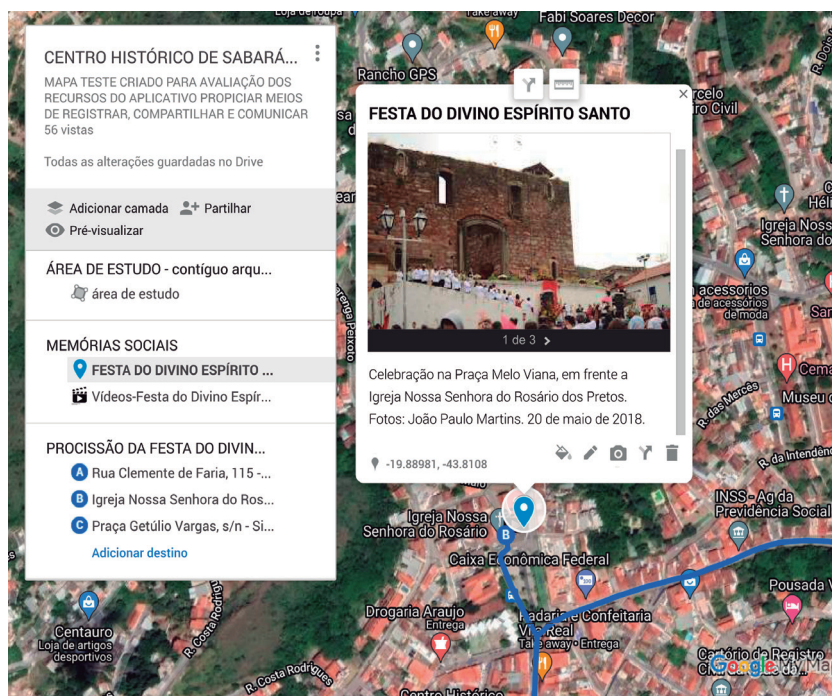
Após o compartilhamento do mapa-base elaborado, a segunda etapa consistiu na avaliação das possibilidades de compartilhar sobre o mesmo bem outras narrativas de memória sociais produzidas pelas vivências individuais de grupos no espaço urbano de Sabará. Para realização do teste-conceito, utilizou-se como objeto a Festa do Divino, manifestação associada à Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Trata-se de uma prática cultural religiosa que anualmente reconstrói e atualiza a memória coletiva dos indivíduos e dos grupos sociais envolvidos com a manifestação, num movimento de “lembrar juntos” (HALBWACHS, 1990). Essa manifestação incorpora ao bem tombado pelo IPHAN outras narrativas.

A festa ocorre durante em um final de semana entre os meses de maio e junho e inclui missas, solenidades, rituais e procissões. Conforme observado no trabalho de campo, realizado no domingo de festa do dia 20 de maio de 2018, a manifestação aconteceu no centro histórico de Sabará, em um percurso iniciado na casa de um festeiro escolhido como Imperador do Divino Espírito Santo, passando pela rua Dom Pedro II e pela praça Melo Viana até chegar na Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. De lá, saiu em procissão para a Igreja Nossa Senhora da Conceição. Ao longo do trajeto, além dos rituais e das solenidades, uma paisagem sonora constituída de música e de louvores acompanhava os manifestantes. Durante a procissão, alguns

elementos fisicamente desconectados até então, como a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e a Igreja Nossa Senhora da Conceição, passaram a se articular simbolicamente, ganhando outra escala de importância no sistema de objetos e de práticas que constituem o espaço urbano. Além disso, observou-se que a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, a praça Melo Viana e a rua Dom Pedro II sofreram uma espécie de metamorfose, ganhando adornos, enfeites e referências simbólicas da celebração, além de novos usos e sentidos ao serem incorporados à festa.

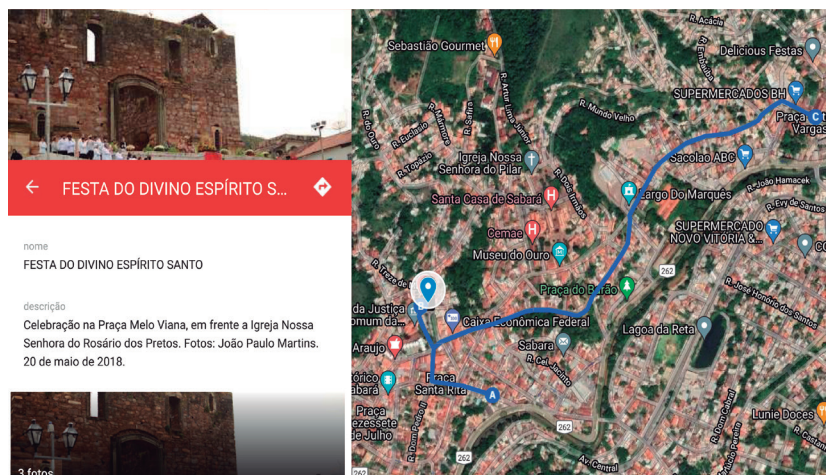
Na tentativa de compartilhar a experiência descrita, criou-se na interface editável do aplicativo uma terceira camada, denominada “Memórias sociais”. Nessa camada, utilizou-se a ferramenta “marcador” para localizar novamente a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, porém agora associando-a a uma manifestação socio-cultural. Ao marcador, nomeado “Festa do Divino”, foram vinculadas fotos da celebração retratando os manifestantes, algumas de suas práticas e alguns de seus elementos simbólicos (Figura 4.7). Utilizando o recurso “adicionar rota”, o aplicativo criou automaticamente uma quarta camada, que foi nomeada “Procissão da Festa do Divino”. Nela, representou-se graficamente o percurso realizado no domingo, segundo dia de festa (Figura 4.8).

Figura 4.7 Localização da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos associada à Festa do Divino e percurso da procissão. Interface de edição.



Fonte: My Maps, Google.

Figura 4.8 Criação de rota a pé representando graficamente o percurso da procissão da Festa do Divino Espírito Santo no centro histórico de Sabará. Interface de visualização.



Fonte: My Maps, Google.

Nessa segunda etapa do teste-conceito, notou-se que a interface apresenta, por meio dos recursos descritos, possibilidades diversificadas para compartilhar e representar graficamente percepções e memórias espaciais de modo relativamente simples. Todavia, identificaram-se também algumas limitações no aplicativo. Sobre isso, como observa Seemann (2003), em pesquisas que trabalham o mapa como uma tentativa de traduzir graficamente uma percepção ou representação social do espaço, eles não devem ser tratados como produtos cartográficos no sentido tradicional, sujeitos a regras de projeção, de escala ou de precisão. Não obstante, ao trabalhar com a memória e o espaço simultaneamente, os mapas devem servir como meios de comunicar, interpretar e imaginar conhecimentos ambientais. Nesse sentido, essas representações devem ser lidas como processos, e não como produtos estáticos.

Mas como os mapas colaborativos podem viabilizar o compartilhamento de memórias associadas às experiências de indivíduos e grupos participantes de manifestações como a descrita anteriormente? Essas manifestações apresentam aspectos dinâmicos e subjetivos difíceis de serem representados em cartografias tradicionais.

Sem pretender dar soluções definitivas para a questão, entende-se que o design como elemento de comunicação possa estimular a formação e a manutenção de uma rede colaborativa, criando recursos para o compartilhamento de outros elementos de memórias individuais e coletivas que incorporem os aspectos dinâmicos e subjetivos relatados. Nesse sentido, a partir do teste-conceito, é possível indicar caminhos para o aperfeiçoamento dos recursos do aplicativo estudado, a saber:

1. O primeiro caminho apontado se refere às opções de mapa-base oferecidas pelo aplicativo como as únicas possibilidades de representação geográfica do espaço. Sobre isso, ao relacionar memória e espaço urbano, o My Maps poderia oferecer em sua interface editável a possibilidade de incluir representações

do espaço produzidas pelos próprios indivíduos e grupos sociais, baseadas em suas percepções espaciais. Desse modo, é possível citar os mapas afetivos ou de percepção produzidos como metodologia participativa promovida pelo Iepha-MG no processo de elaboração dos inventários de patrimônio cultural. Na referida metodologia, os mapas são associados a conceitos como toponímia, que se relaciona aos laços afetivos das pessoas com o lugar e suas referências culturais, revelando a legitimidade de um bem por sua relevância à memória e à identidade da comunidade. Os mapas são constituídos de desenhos e textos produzidos por representantes da comunidade diretamente envolvida com os objetos e os lugares estudados.¹¹

2. O segundo ponto envolve a possibilidade de adição de narrativas de memória (imagens, texto e vídeos) de diferentes sujeitos e de grupos ao mesmo marcador, criando um painel ou um sistema de memórias sociais sobre o mesmo bem ou lugar, facilmente acessível também pela interface de visualização. Hoje, na interface editável do aplicativo, é possível vincular ao mesmo marcador várias imagens e vídeos, mas apenas uma legenda geral para o conjunto de elementos inseridos. A ideia aqui é que indivíduos e grupos possam, dentro de um mesmo marcador, construir seus próprios conjuntos de imagens, vídeos, áudios e textos identificados e associados às suas memórias. Dar-se-ia, assim, visibilidade às diferentes narrativas de memórias sociais relacionadas ao mesmo bem ou lugar, assim como a possibilidade de identificar seus pontos de contatos e laços sociais.
3. A terceira sugestão diz respeito à possibilidade de traçar mais livremente rotas e trajetos sobre os espaços públicos da cidade, sem que fiquem presos aos eixos viários, como ocorre hoje no aplicativo ao utilizar tais recursos. Por fim, a possibilidade de vincular a esses percursos paisagens sonoras constituídas de músicas e outros sons associados às memórias das vivências espaciais. Esse recurso existe no já citado projeto Mapa Urban Remix, um modelo de mapa colaborativo que traz a possibilidade de inserir nos mapas arquivos de áudios nos espaços urbanos (RIBEIRO; LIMA, 2012).

4.6 CONCLUSÕES

Partindo da discussão sobre o conceito de acessibilidade como o direito à cidade e ao acesso à sua memória, foi analisada a relação do design para comunicação nesse contexto, inter-relacionando com recursos para construção compartilhada de informação associada a espaços físicos.

Foi implementado um projeto de teste de conceito incluindo: 1) investigação: pesquisou-se por recursos que poderiam agrupar, num processo colaborativo, vários tipos de registro de memória, a partir dos quais algumas opções foram encontradas; 2) síntese e análise: foi selecionada a opção do My Maps por critérios de disponibilidade,

11 Exemplos de mapas afetivos disponíveis em: <http://www.iepha.mg.gov.br/images/EDITAIS/Material---Educao-para-o-Patrimnio.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2020.

facilidade de compartilhamento e interface relativamente intuitiva; 3) definição: foram definidas as categorias gerais a serem registradas e o tipo de mapa-base; 4) desenvolvimento: foram selecionados os materiais a serem incorporados no mapa; 5) foi executado o teste de conceito, incorporando fotos, vídeos e novos ícones (disponível em <http://bit.ly/MEM-SABARA>).

Os mapas colaborativos mostraram ser um recurso alinhado aos valores sociais atuais das redes de relacionamentos e valorização de ações coletivas, bem como de facilidade de acesso à tecnologia. Nesse teste de conceito, foi implementado o compartilhamento de uma diversidade de mídias com uma interface relativamente simples. Todavia, identificou-se que novas funcionalidades podem ser incorporadas ao aplicativo, aumentando as potencialidades de aplicação dos seus recursos na promoção de acessibilidade à memória social associada ao espaço de análise, que abrange o Largo do Rosário, a rua Dom Pedro II e a praça Santa Rita, localizados no centro histórico de Sabará (MG). As próximas fases serão o teste com indivíduos e um grupo pequeno para avaliar os vínculos de um grupo de usuários com relação aos bens tombados mapeados no trabalho de campo, para então ser implementado um novo ciclo de desenvolvimento, buscando aplicar as melhorias identificadas, envolvendo um grupo maior da comunidade relacionada a Sabará.

4.7 REFERÊNCIAS

- DUARTE, C. R. S. *et al.* (org.). *Metodologia para diagnóstico de acessibilidade em centros urbanos: análise da área central da cidade do Rio de Janeiro*. Assis/SP: Triunfal Gráfica e Editora, 2013.
- FIGUEIREDO, M. C. B. *Memórias e lugar: representações de memórias individuais associadas ao Largo da Carioca*. 2013. 131 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- FIGUEIREDO, M. C. B.; MENDONÇA, R. M. L. O.; FERRERI, B. M.; RESENDE, V. K. M. Design e acessibilidade no centro histórico de Sabará. In: GAMPI+PLURAL DESIGN, 10, 2019, Joinville. *Anais eletrônicos...* Joinville: Univille, 2019. pp. 384-398.
- FRASCARA, J. *Communication Design: Principles, Methods and Practice*. New York: Allworth Press, 2004.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Vértice, 1990.
- HSUAN-AN, T. *Design: conceitos e métodos*. São Paulo: Blucher, 2017.
- MALDONADO, T. *Design industrial*. Lisboa/Portugal: Edições 70 Ltda., 2009.
- MENDONÇA, R. M. L. O. *Systemic Network Innovation and Its Application in the Brazilian Context of the “Estrada Real”*. [s. l.]: Politecnico di Torino, 2014.

- MENDONÇA, R. M. L. O. Transformando ideias em recursos de desenvolvimento. In: *Economia criativa: inovação e desenvolvimento*. Belo Horizonte: Editora UEMG, 2017. p. 186.
- MOREIRA, D. L. *Memória e lugar: reflexões sobre o patrimônio cultural em áreas periféricas de Olinda*, 2009. 112 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.
- NASCIMENTO, F. P. *Mapas colaborativos e o espaço público: a utilização de sistemas de mapeamento colaborativo online como ferramenta nos processos de requalificação urbana*. [s. l.]: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.
- PADOVANI, S. Design para comunicação: design de solução e de interação. *InfoDesign – Revista Brasileira de Design da Informação*, pp. 54-58, 2006.
- REDE ORGANIZADORA – UFABC. *Plataforma das práticas colaborativas de combate ao covid-19 e das redes de solidariedade*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0vhkpr6cgng>. Acesso em: 26 jun. 2020.
- RIBEIRO, J. C. S.; LIMA, L. B. Mapas colaborativos digitais e (novas) representações sociais do território: uma relação possível. *C-Legenda – Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual*, [S. l.], n. 25, feb. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36882/21456>. Acesso em: 30 ago. 2020.
- SEEMANN, J. Mapas e percepção ambiental: do mental ao material e vice-versa. *OLAM – Ciênc. & Tec.*, Rio Claro, v. 3, n. 1, pp. 200-223, set. 2003.
- TAVARES, G. U. *et al. Mapeamento colaborativo: uma interação entre cartografia e desenvolvimento sustentável no campus do pici* – Universidade Federal Do Ceará. Acta Geográfica, 2016.